

UNILEÃO- CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO CURSO DE
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JOANA DARK BEZERRA LIMA

**A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DO USO
ABUSIVO DE ÁLCOOL E DROGAS NO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA
FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)**

Juazeiro do Norte – CE

2018

JOANA DARK BEZERRA LIMA

**A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DO USO
ABUSIVO DE ÁLCOOL E DROGAS NO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA
FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do curso de Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito
para obtenção do grau de Bacharelado em
Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Raul Max Lucas da Costa

Juazeiro do Norte – CE

2018

JOANA DARK BEZERRA LIMA

**A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DO USO
ABUSIVO DE ÁLCOOL E DROGAS NO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA
FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Coordenação do curso de Psicologia do Centro
Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito
para obtenção do grau de Bacharelado em
Psicologia.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Raul Max Lucas da Costa

Orientador(a)

Prof^ª. Ma. Moema Alves Macedo

Avaliador(a)

Prof^ª. Dra. Maria do Carmo PaganForti

Avaliador(a)

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E DROGAS NO NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA (NASF-AB)

Joana Dark Bezerra Lima¹
Raul Max Lucas da Costa²

RESUMO

O uso abusivo de álcool e drogas é um problema de saúde pública que leva a consequências nocivas para o sujeito, família e sociedade. O presente trabalho teve como objetivo estudar a atuação do profissional de psicologia na prevenção do uso abusivo de álcool e drogas pelos usuários do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Buscando aqui ressaltar a contribuição a ser realizada pelo psicólogo quanto ao seu papel na vertente da Saúde Mental nesta política pública em saúde, em relação ao suporte oferecido ao usuário de álcool e outras drogas dentro das possibilidades disponibilizadas pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Este estudo buscou levar ao conhecimento do leitor a importância deste papel na perspectiva da prevenção e promoção da saúde desses sujeitos através das ações de redução de danos de forma que estas pessoas sejam reinseridas socialmente, bem como levar a se pensar melhorias no desempenho desta instituição pública de saúde quanto a sua prática em Saúde Mental voltada para estes usuários especificamente.

Palavras-chave: álcool e drogas, uso abusivo, nasf, prevenção, promoção da saúde.

ABSTRACT

The abusive use of alcohol and drugs is a public health problem that leads to harmful consequences for the subject, family and society. The present study had as objective to study the performance of psychology professionals in the prevention of abusive use of alcohol and drugs by the users of the Expanded Nucleus of Family Health and Basic Attention (NASF). This study aims to highlight the contribution to be made by the psychologist regarding his role in the field of Mental Health in this public health policy in relation to the support offered to the user of alcohol and other drugs within the possibilities offered by the Expanded Nucleus of Family Health and Attention Basic. This study sought to bring to the attention of the reader the importance of this role in the perspective of prevention and health promotion of these subjects through the actions of harm reduction so that these people are reinserted socially, as well as lead to think improvements in the performance of this public institution of their mental health practice focused on these users specifically.

Keywords: alcohol and drugs, abusive use, nasf, prevention, health promotion.

¹Concludente do Curso de psicologia no Centro Universitário Leão Sampaio- joanadarck.joanad9@gmail.com

² Orientador- Graduado em História (UECE), graduado em psicologia (UNIFOR), Mestre em História Social (UFC) e Doutor em psicologia no programa de pós-graduação da UNIFOR. Professor do Curso de Psicologia Unileão- raulmaxpsi@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A prática do uso de drogas possui diferentes fins e representa diferentes formas de consumo, porém a característica de permanência deste uso no século XX conduziu ao desencadeamento de um problema na sociedade, necessitando criar novas medidas por parte dos governos junto as políticas em saúde no enfrentamento deste problema. Em virtude da gravidade desta problemática é essencial pensar que o uso de drogas geram efeitos individuais e sociais que levam a estigmatização e exclusão social dos sujeitos sob os efeitos deste uso (COSTA; PAIVA, 2016).

Para Ronzanie Furtado (2010) o estigma social gera no indivíduo a modificação de sua identidade, estes passam a serem vistos como pessoas com comprometimento de sua personalidade, tais mudanças direcionam estas a agregarem diante da sociedade consequências não positivas e até mesmo patologizantes. Diante deste quadro é comum sujeitos optarem por situações de fuga o que acaba por tornar-se nocivo para suas vidas.

Nesta perspectiva busca-se aqui compreender qual a relevância do trabalho realizado frente ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica. Compreendendo suas diretrizes desde sua implementação, a forma como esta política pública vem desenvolver seu trabalho na esfera da Saúde Mental. Buscando evidenciar quais suas competências neste quesito e como este dispositivo vem trabalhar junto ao profissional de psicologia as melhores estratégias de tratamento aos usuários do serviço, onde estes encontram-se sob os efeitos do uso excessivo de álcool e outras drogas.

Assim o presente trabalho visa desenvolver uma pesquisa para a compreensão da atuação do profissional de psicologia no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), onde aqui será explorado como o mesmo realiza seu trabalho, diante da prevenção deste uso abusivo de álcool e outras drogas por parte dos usuários atendidos na referida instituição. Esta problemática será desenvolvida com a finalidade de discutir e proporcionar um maior conhecimento deste serviço ofertando a sociedade, levando a mais informação sobre o mesmo, assim como conduzir ao aprimoramento desta política pública em saúde. Tal pesquisa objetiva contribuir também com enriquecimento acadêmico desta temática, em virtude da pouca existência de trabalhos acadêmicos sobre este referido assunto, assim como trabalhar as afinidades com esta área que é de grande interesse e as inquietações sobre o papel do profissional de psicologia no enfrentamento do problema em questão.

Desta forma será aqui analisado como o profissional de psicologia atua frente ao uso abusivo de álcool e outras drogas com os usuários do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e

Atenção Básica, entendendo como se desenvolve este trabalho, pensar como o psicólogo trabalha a promoção da saúde dos usuários de álcool e outras drogas no NASF-AB, salientar como são realizadas as ações destes profissionais no enfrentamento e busca da redução dos danos causados pelo uso abusivo, bem como verificar quais as estratégias traçadas pelo profissional de psicologia para combater a discriminação social para com estes indivíduos.

Busca-se com esta pesquisa realizar um breve resgate histórico do contexto da utilização de álcool e outras, perpassando o surgimento do alcoolismo e da toxicomania, bem como enfatizar as estratégias em saúde no enfrentamento desta demanda. Ressaltar como a Saúde Mental vem trabalhar tais questões, assim como explorar a prática Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e como este desenvolve junto ao profissional de psicologia na esfera da saúde mental seu trabalho com os usuários de álcool e outras drogas.

2 METODOLOGIA

Para a análise da temática aqui a ser trabalhada, objetivando alcançar de forma significativa o maior número possível de informações e conteúdos plausíveis quanto ao tema a ser abordado, este referido trabalho trata-se de um estudo bibliográfico de base qualitativa e cunho exploratório, para a realização do entendimento quanto a atuação do profissional de psicologia na prevenção do uso abusivo de álcool e drogas no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). Embasado por materiais teóricos e científicos a serem selecionados em artigos, utilizando como critérios de busca dos dados, pesquisar artigos publicados entre os anos de 2008 a 2018 como critério de inclusão e como critério de exclusão não utilizar conteúdos de anos anteriores a 2008. Bem como foram pesquisados para construção deste referido trabalho, livros e documentos oficiais atualizados.

Para Rey (2005) faz parte da epistemologia possuir uma vertente subjetiva que além de complexa vem a representar o pensar científico. Assim a pesquisa qualitativa realiza maneiras diversas de produzir seus conhecimentos em psicologia o que conduz a uma produção teórica que venha representar e explorar a subjetividade do pensar humano na construção deste saber científico.

Nesta perspectiva a coleta de dados será iniciada a partir de estudos realizados em artigos científicos nas bases de dados google acadêmico, scielo, utilizando os unitermos álcool e drogas, Núcleo de Apoio a Saúde da Família, promoção e prevenção a saúde, onde foram realizadas a leitura de 40 artigos voltados para o tema, livros, cartilhas sobre as políticas em Saúde Mental, sites oficiais em saúde mental, portarias em saúde quanto a política do Núcleo

Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, bibliotecas virtuais em saúde, bem como a referida biblioteca do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

Tal pesquisa a ser desempenhada possui como finalidade a possibilidade de que se discuta este assunto a fim de agregar conhecimento quanto ao serviço oferecido por esta instituição, de forma a levar mais informações da mesma a sociedade, contribuir para o aprimoramento das políticas públicas em saúde, assim como levar ao enriquecimento acadêmico nesta área em virtude dos poucos estudos existentes após realização de uma investigação a cercadeste tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E DROGAS: DA MODERNIDADE AOS DIAS ATUAIS

Diante da contextualização histórica do surgimento das drogas, o seu uso está inserido em todas as culturas existentes. A utilização destas possuem diferentes finalidades, seja para rituais religiosos, tratamentos, bem como para autossatisfação do sujeito. Nesta linha de pensamento o uso de drogas é enxergado de diversas formas e isto irá depender de cada momento vivenciado historicamente. Assim as drogas podem ser encaradas como uma questão de saúde, sendo vistas como busca da mesma ou como um problema, pois o seu uso abusivo pode ocasionar danos prejudiciais à saúde (ROMANINI; DIAS; PEREIRA, 2010).

Para Medeiros (2014) foi em meados do século XIX, que no ocidente aumentou o uso das drogas, surgiram com esta intensidade de uso, novas substancias e variadas formas das mesmas serem consumidas. Houve assim uma modificação no número e nos diferentes tipos de usuários, o que leva a um maior interesse em que se discuta tal problema por uma perspectiva social e também baseada nas leis penais e da medicina, levando em consonância a sociedade no geral e as mudanças históricas.

Para Tisottet al. (2015) o consumo abusivo das substancias psicoativas embasa as vivencias da humanidade, de diversas maneiras englobando diferentes realidades culturais, as inquietações voltadas para esta questão passaram a serem maiores a partir do surgimento das doenças sexualmente transmissíveis, pois acreditava-se que este aumento estava ligado a praticas de comportamentos de risco envolvendo o uso excessivo de algumas substâncias psicoativas pelos sujeitos adoecidos. No Brasil o aumento na apreensão bem como o acelerado uso das drogas psicoativas atualmente, conduziu o Ministério da Saúde a propor políticas em

que os usuários de drogas possam ser vistos de forma geral e integralizada, possibilitando a prevenção deste uso, a realização do tratamento e sua reabilitação, enxergando assim o consumo de drogas como uma questão de saúde pública a ser trabalhada.

A designação do termo alcoolismo foi criado durante o século XIX na Europa, um período em que a política buscava obter controle sobre a sociedade e o processo de industrialização estava em evidencia. O consumo em excesso de álcool era visto como ameaça ao bem-estar dos indivíduos, o que geraria a desordem a nova sociedade do século XVII. Desta maneira no Brasil o alcoolismo foi discutido na esfera das políticas de higienização médica no século XX, onde foram criadas campanhas de combate direcionadas ao sexo masculino levando em consideração sua condição sociocultural (SOUSA; MENANDRO; MENANDRO, 2015).

Nesta perspectiva Medeiros(2018) vem ressaltar que o alcoolismo é caracterizado através do uso excessivo de bebidas alcoólicas, o que torna as pessoas que fazem uso desta droga dependentes da mesma, esta é tida como licita, porém seu consumo abusivo é o ponto essencial para a existência do alcoolismo que é visto como uma doença bastante grave e uma questão de saúde pública. O uso de bebida alcoólica assim abarca todas as camadas da sociedade, sendo mais utilizada entre a juventude.

A palavra toxicomania é utilizada para designar a dependência química de substancias nocivas que levam ao vício, muitas pessoas que consomem algum tipo de substancia psicoativa não tornam-se dependentes, porém é inerente que outros sujeitos que não conseguem realizar esse uso de forma equilibrada, o que ocasionara a dependência. O tratamento destinado ao usuário toxicômano requer cuidado e tempo por parte do mesmo, sua família e os profissionais responsáveis pelo acompanhamento, sendo este ofertado na rede de saúde privada, bem como na pública a usuários que não possuem condições financeiras para custear o atendimento particular (FINELLI; GOMES, 2015).

De acordo com Pereira e Carvalho (2016) o modelo de Atenção à Saúde Mental proposto após a reforma psiquiátrica na realização do atendimento fora do ambiente hospitalar, levou a implementação do Programa de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e outras Drogas, o mesmo é assistido pelo SUS (Sistema Único de Saúde), este programa foi criado como forma essencial no enfrentamento da toxicomania. Esta preocupação voltada para os usuários de drogas é decorrente do aumento no uso expressivo de drogas licitas e ilícitas, o que caracteriza quadros toxicômanos por parte destes usuários.

No ano de 1998 o Conselho Nacional Antidrogas (CONAD), órgão deliberativo e normativo da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) que é engajada no combate global das drogas, desta maneira o CONAD ao considerar a temática do uso excessivo das drogas como

uma questão de segurança para o país, em 2005 o mesmo aprova a Política Nacional sobre Drogas, levando a eficácia de inserir o uso abusivo de drogas como uma preocupação de saúde pública, evidenciando a importância da realização do tratamento buscando a recuperação do sujeito de forma a reinseri-lo socialmente. Construindo assim uma sociedade sem drogas com a garantia aos direitos no recebimento dos tratamentos, respeitando as diferenças entre os usuários, incentivando a prevenção, as estratégias de redução de danos e buscando diminuir a comercialização de drogas no país (SANTOS; OLIVEIRA, 2013).

O CFP (2015) vem orientar na esfera da Saúde Mental, no que se refere ao álcool e outras drogas, buscando reforçar os princípios da atenção integral ao usuário de álcool e outras drogas de forma a possibilitar que o cuidado seja realizado de maneira humanizada, estabelecendo a proximidade entre os profissionais de psicologia que trabalham na rede pública voltados para as comunidades terapêuticas, bem como enfatizar o papel da psicologia em relação a descriminalização do usuário a partir das resoluções em conjunto com a Secretaria Nacional Sobre Drogas (SENAD) de forma a promover esta referida descriminalização.

Entre as ações criadas para o enfrentamento pela Estratégia de Saúde da Família, estas ainda não abrangem a atenção de maneira eficaz ao uso de drogas. Isto ocasiona um impasse para uma das principais políticas voltadas para o usuário de álcool e drogas os CAPSad, assim a ineficiência das ESF levam a não eficácia do trabalho efetuado pelos mesmos, pois a estes compete realizar o atendimento clínico com a prática da atenção diária, buscando a não internação e mediando as ações de Saúde Mental na assistência a estes usuários dentro de um referido espaço territorial. Assim a não eficácia das equipes de Estratégias de Saúde da Família torna insuficiente a articulação entre estas e expansão das ações de redução dos danos (ANDRADE, 2011).

3.2 SAÚDE MENTAL E SUAS CONSIDERAÇÕES QUANTO AO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

No início dos anos 80 as manifestações por uma reforma na assistência prestada em Saúde Mental alinhou-se aos movimentos sociais tanto dos usuários do serviço bem como de suas famílias. No ano de 1983 ocorre o Encontro Brasileiro da Rede de Alternativas a Psiquiatria, sendo realizado em Minas gerais, como o marco inicial dos demais encontros e congressos realizados com os profissionais de Saúde Mental em discussão com a sociedade na busca da realização do trabalho em Saúde Mental de forma não institucionalizada e mais humanizada. Tais movimentos sempre ocorrem no dia 18 no decorrer do mês de maio, assim é

considerado como o dia da Luta Antimanicomial com atividades em todo o país, o que levou a criação de centros assistenciais não permanente para o tratamento como os CAPSad para dependentes químicos (PITTA, 2011).

Nesta perspectiva o desenvolvimento da Saúde Mental e sua prevenção, onde a mesma foi desenhada por um marco histórico gerador de exclusão social, de forma que as lutas pela não institucionalização dos transtornos mentais e a busca de alternativas sociáveis para a inclusão dos sujeitos fez-se necessária. Neste quesito os indivíduos sob o efeito ativo de drogas, passam a ter este uso excessivo caracterizado como transtorno mental, sendo realizadas intervenções de prevenção e tratamento que foram introduzidos pela Reforma Psiquiátrica, os quais objetivavam imprimir uma nova forma de tratamento, esta modalidade vem a nortear as práticas em Saúde Mental até os dias atuais (MORAIS, 2008).

De acordo com Malta et al.(2012) O consumo de substâncias químicas englobando o álcool e demais drogas contribuiu para a ocorrência de efeitos prejudiciais à saúde, entre estes encontram-se o surgimento de transtornos de humor e transtornos mentais. Assim jovens que vivenciam comportamentos considerados de risco para esse uso, tendem a levar para vida adulta. Fatores científicos veem a comprovar que pessoas que apresentam depressão, solidão entre outros sintomas tendem a fazer maior uso de substâncias psicoativas comprometendo sua saúde mental.

A partir da elaboração no ano 2000 do Plano Nacional de Inclusão das Ações de Saúde Mental na Atenção Básica, foram implementadas ações em Saúde Mental na esfera dos serviços a serem ofertados pelo os programas de saúde da família com o intuito de ofertar uma assistência não centralizada com maior abrangência comunitária no trabalho com os agravos mentais de forma a reabilitar os sujeitos em situação de sofrimentos. Inicialmente estas estratégias visavam atender no tocante da Saúde Mental também as questões voltadas para o alcoolismo e demais drogas de maneira individual (QUEIROZ et al,2014).

A portaria 2.841 de 20 de setembro de 2010 vem enfatizar o aumento no Brasil em relação ao crescente uso de substâncias psicoativas, entre elas o álcool e outras drogas, dando ênfase para crianças e adolescentes. Cria-se na esfera da Saúde Mental a fusão dos CAPSad em CAPS III, com o objetivo de acolher ofertando maior competência técnica e estrutural, possibilitando o atendimento diário no período de vinte e quatro horas e no decorrer dos finais de semana (LAGO, 2016).

Em decorrência da necessidade de se prevenir o uso de álcool e outras drogas gerando assim a reinserção social dos indivíduos. Cria-se no Brasil em maio de 2010, o Plano Integrado de Enfrentamento do Crack e demais Drogas, trabalhando em parcerias com outras instituições

engajadas nesta área em conjunto ao Sistema Único de Saúde para sanar tal questão, sendo que em 2011 a rede de atenção psicossocial (RAPS), convenia-se a outros serviços como o CAPSad III e o serviço hospitalar de referência em álcool e outras drogas trabalhando a partir da perspectiva da Saúde Mental (LAGO, 2016).

Assim para Queiroz et al.(2014) fica evidente a necessidade de que se estruturasse e consolidasse as redes de assistência pautando-as em uma atenção comunitária integrada ao trabalho em saúde no âmbito das práticas sociais conduzindo o sujeito de forma a reabilitá-lo, bem como reinseri-lo socialmente. Desta maneira a Política Nacional Antidrogas vem a identificar quais as estratégias necessárias para a realização da redução dos danos, tanto social quanto na área da saúde, realizando intervenções que visem a realização da prevenção.

Perante o exposto nos princípios que embasam a política do Ministério da Saúde, na vertente da Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas, enfatiza-se que as ações em Saúde Mental ofertada a esses indivíduos devem ser realizadas a contar com a contribuição destes e de seus familiares na construção do processo do tratamento e na formulação do mesmo, seja através de um projeto terapêutico ou demais estratégias. Ações estas que devem ser executadas possibilitando que haja a prevenção e a educação em saúde, bem como a possibilidade de profissionais com qualificação que gerem contribuição social, levando ao respeito destas pessoas e possibilitando que as necessidades dos mesmos sejam atendidas (BERTAGNONI et al, 2012).

3.3 SAÚDE MENTAL NO NASF E SUA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO SOBRE DROGAS

Segundo Campos et al. (2011) foi através da portaria 154 no ano de 2008, que realizou-se a criação do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), onde os seus princípios norteadores buscam realizar um processo de territorialização, intersetorialidade, bem como desenvolver a reabilitação psicossocial dos sujeitos sobre vulnerabilidade, além de realizar um trabalho interdisciplinar e desinstitucionalizado de forma a proporcionar a estes autonomia e cidadania, assim como fazer parcerias com outras políticas públicas para melhor possibilitar a promoção do cuidado dentro do seu território de abrangência.

No processo da não institucionalização dos transtornos mentais, na busca de oferecer apoio matricial aos casos voltados para a Saúde Mental de forma a possibilitar suporte as equipes de Estratégia de Saúde da Família, O Ministério da Saúde criou em 2008 o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), este é normatizado pela Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. O NASF-AB possui uma equipe com multiprofissionais

que trabalham de maneira integrativa em parceria com as equipes de Estratégia de Saúde da Família e as equipes de Atenção Básica, levando a resolutividade dos problemas na produção do cuidado. Assim o NASF-AB no seu trabalho em Saúde Mental dispõe de um suporte técnico-pedagógico com educação permanente e junto as equipes ESF realiza a construção de forma coletiva dos projetos terapêuticos envolvendo os profissionais e a comunidade neste processo (OLIVEIRA et al, 2017).

Para que as ações em Saúde Mental sejam possíveis dentro do viés da política do NASF-AB, a partir de sua implementação, este vem determinar que a atenção em Saúde Mental deve ser produzida na vertente do cuidado, incluindo a Atenção Básica a Saúde da Família os Centros de Atenção Psicossocial, Residências Terapêuticas, Ambulatórios e demais espaços. Desta maneira em sua criação devido a diversidade dos transtornos mentais cada Núcleo Ampliado a Saúde da Família e Atenção Básica, deve ter em sua equipe no mínimo um profissional da área da Saúde Mental seja este um psicólogo, médico psiquiatra ou terapeuta ocupacional (MOREIRA; CASTRO, 2009).

De acordo com Barros e Neves (2014), nos dias atuais o Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica realiza um trabalho voltado para o atendimento individual, com pessoas vindas da própria comunidade ou orientadas a buscar o serviço pelo profissional de psicologia atuante na referida instituição, apesar desta não ser porta de entrada dos serviços em saúde. O profissional de psicologia por sua vez no NASF-AB deve formular estratégias de trabalho que conduza ao coletivismo e torne o acesso ao serviço de forma heterogênea aos grupos que compreendem uma comunidade. Assim encontra-se predisposto na portaria do mesmo que as ações voltadas para a Saúde Mental devem realizar ações que venham junto as equipes de Estratégia de Saúde da Família trabalhar as questões voltadas para o uso abusivo de álcool e drogas, na busca de possibilitar a redução dos danos, bem como ampliar os vínculos familiares, levando a promoção da saúde dos usuários e sua reinserção social.

A educação em drogas de acordo com o processo de subjetividade atual conduz a uma vertente desafiadora para os profissionais de saúde e também da educação na discussão sobre drogas bem como em outros contextos. O processo de medicalização e a patologização exacerbada no próprio ambiente institucional impossibilita a realização reflexiva do saber sobre drogas, levando a diferentes posicionamentos dos profissionais e educadores dificultando o entendimento da posição que cada um destes deve ocupar nesta discussão. Assim pensar a dimensão subjetiva do entendimento do uso de drogas apresenta-se como ponto primordial para que se construa uma reflexão acerca do assunto (COSTA, 2014).

Assim para Costa (2014) a impossibilidade para que se construa uma meta de educação em drogas encontra-se na formulação antagonista das próprias políticas de controle, que levam a repressão deste uso de forma legalizada, bem como a proibição de sua comercialização perante a lei. No entanto as políticas em educação sobre drogas dentro das instituições de saúde buscam fazer uso da redução de danos de forma que os profissionais passam a monitorar o uso moderado destes usuários como forma de tratamento. É nesta perspectiva que a política do NASF-AB vem a trabalhar com o paciente usuário de álcool e outras drogas.

Para tanto o NASF-AB objetiva em sua compreensão acerca da Saúde Mental a ampliação e a qualificação do cuidado aos usuários com transtornos mentais, buscando nortear-se a partir do seu território de abrangência, levando assim a uma modificação na forma de se possibilitar a atenção em saúde, desta maneira o cuidado deve visar envolver a rede familiar e a esfera social e cultural do sujeito alinhando os saberes as práticas levando neste quesito a valorização da subjetividade do usuário no processo de tratamento. Construindo uma rede de atenção com serviços variados em Saúde Mental envolvendo a comunidade na perspectiva da atenção psicossocial (OLIVEIRA et al,2017).

Com base na normatização biopolítico cabe ressaltar a possibilidade de que se realize fazeres educativos de maneira reflexiva quanto a constituição dos saberes sobre drogas, onde os profissionais escolares bem como os profissionais em Saúde Mental são solicitados a falar de maneira publica junto ao público mais jovem sobre drogas, no entanto este discurso encontra-se voltado para o biológico e fisiológico do sujeito sem que se considere a subjetividade do mesmo. Assim Lacan vem enfatizar que o profissional enquanto educador vem a assegurar seu lugar de mestre de forma a distanciar-se de seu público e de sua subjetividade (COSTA, 2014).

A rede de cuidado engloba uma importante estratégia de trabalho do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, é a partir desta que sua equipe e a Estratégia de Saúde da Família poderão construir meios de discussão interna no âmbito da própria instituição entre as equipes, assim como as discussões externas voltadas para a própria comunidade de forma a construir a compreensão e aprendizagem coletiva. Faz-se necessário que o NASF-AB ultrapasse a face heterogênea da saúde pública, buscando realizar este cuidado de maneira conjunta com as equipes ESF de forma em que a gestão seja compartilhada entre ambos, sob a responsabilidade geral de coordenador para que haja um processo de construção continuada no atendimento as necessidades dos usuários (BRASIL, 2010).

De acordo com Lima; Dimenstein e Macedo (2015), em virtude da demanda em Saúde Mental na atenção primaria em saúde, é necessário que a equipe do NASF-AB seja composta

por no mínimo um profissional de Saúde Mental, podendo incluir o profissional de psicologia. Assim o psicólogo faz parte desta equipe desde a implantação do mesmo na elaboração das primeiras vivências do processo de matriciamento e na construção do cuidado para com os sujeitos em sofrimento psíquico e sua família. Tal cuidado intensificou-se nos dias atuais incluindo a atenção voltada para os usuários de álcool e outras drogas, a partir do acolhimento destes de forma a possibilitar as estratégias de redução de danos e reinserção social desses sujeitos.

3.4 O TRABALHO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NA PREVENÇÃO DO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E DROGAS NO NASF

Para Lima; Dimenstein e Macedo (2015), a atuação do profissional de psicologia frente a atenção básica a saúde, limita-se diante de sua formação tradicional, assim o psicólogo depara-se com a dificuldade de lidar com famílias de diferentes realidades sociais. Diante disto o trabalho da psicologia em relação ao uso abusivo de álcool e outras drogas pelo os usuários do NASF-AB é desafiador, pois o profissional de psicologia realiza com esses sujeitos o acolhimento e encaminhamento dos mesmos para outras políticas públicas em saúde. Desta forma o psicólogo junto a equipe trabalha em parceria com outros profissionais de outros serviços como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) especializados nesta demanda, realizando um trabalho intersetorial, visando promover atividades voltadas para a promoção a saúde destes usuários.

Assim para Moreira e Castro (2009) é notório que a inclusão do profissional de psicologia na atenção básica mais precisamente sua atuação no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, é recente, porém torna-se ordenado numa perspectiva da discussão deste papel e seu trabalho social desenvolvido na vertente desta política e suas ações em Saúde Mental perpassando o cuidado para com as questões voltadas para uso de álcool e drogas. O NASF-AB assim oficializa esta profissão de forma a levá-la a apoiar os serviços nas equipes de Saúde da Família no desenvolvimento de seu trabalho.

A psicologia configura-se assim como uma profissão que vem ajudando a construir a implantação dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica, a partir da construção do processo de matriciamento ofertando seu suporte no diálogo com as equipes de Saúde da Família em relação ao cuidado e prevenção em Saúde Mental no suporte ao sofrimento psíquico e apoio a suas famílias, onde este papel passou a abarcar também outras categorias, incluindo a atenção a saúde dos idosos, a juventude e as mulheres vítimas de violência. Sem

aqui deixar de ressaltar o trabalho no cuidado ao usuário de álcool e outras drogas de forma a gerar a prevenção e promoção a saúde desses sujeitos que encontram-se em nível de vulnerabilidade (LIMA; DIMENSTEIN; MACEDO, 2015).

Soratto (2016) vem ressaltar que no trabalho realizado através da psicologia no NASF-AB, sendo este desenvolvido em parceria com a equipe de saúde em abrangência, no acolhimento ao usuário dependente químico deve-se buscar reconhecer a real situação de uso de drogas pelo sujeito, assim realizar o acolhimento inicial de forma sensibilizada de acordo com o contexto de conflito trazido pelo indivíduo, sendo que estes estão inteiramente ligados ao uso ativo das drogas. Para tanto a psicologia vem evidenciar que o atendimento psicológico individual com esses sujeitos está para além dos demais serviços ofertados aos mesmos, pois o acolhimento psicológico possibilita a escuta destas pessoas de forma a norteá-los diante do problema por estes enfrentado.

O profissional de psicologia vem a desempenhar um papel dentro da política do NASF-AB, de colaboração no sentido de gerar a autoconfiança e autonomia dos sujeitos sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas, no intuito de que estes participem das decisões a serem tomadas em relação a assistência ofertada ao mesmo, de maneira coletiva envolvendo a comunidade e demais esferas de responsabilidade pública. Assim o sujeito é levado a participar dos espaços criados na comunidade para discussão e busca da realização de um trabalho que possibilite a promoção da saúde e com isto estas pessoas possam usufruir de um cuidado integralizado e autenticamente humanizado, levando estes indivíduos a pensar socialmente e individualmente em prol de seu bem-estar. Desta forma constitui-se um trabalho pautado na busca pela promoção a saúde dos mesmos de acordo com o que encontra-se previsto na política nacional de promoção a saúde (MOREIRA; CASTRO, 2009).

Para Cela e Oliveira (2015), A Saúde Mental no NASF-AB vem buscar assegurar o melhor desempenho das equipes de Saúde da Família, assim busca ofertar a estas o suporte que se estende desde capacitação dos profissionais envolvidos, bem como o monitoramento dos casos. Assim o profissional de psicologia em conjunto com a equipe buscara intervir em meio a comunidade e a família dos usuários através de ações de prevenção, promoção da saúde, tratamento e reabilitação psicossocial. O apoio matricial ofertado pelo NASF-AB com toda equipe constitui a base para que se realize o trabalho de articulação com demais serviços especializados na demanda de álcool e outras drogas na produção de saúde do usuário.

Lima; Dimenstein e Macedo (2015) ressaltam que a saúde pública precisa passar por constantes transformações seja no campo metodológico bem com diante das práticas profissionais, esta constatação vem a abranger o papel do psicólogo, para que este venha a

realizar uma atuação precisa. É necessário assim que este profissional rompa com sua formação tradicional encarando novas práticas voltadas para a realidade vivenciada pelos sujeitos inseridos no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, para assim resgatar a ideia de se promover a saúde do indivíduo e modificar suas atitudes profissionais, adquirindo novos conhecimentos para a aplicação do cuidado em saúde.

A Estratégia Saúde da Família (ESF), estabelece que as equipes de saúde precisam desenvolver um trabalho em Saúde Mental que busque realizar ações que levem a promoção a saúde e a prevenção da mesma, bem como possibilite que se efetue o tratamento e reabilitação dos sujeitos e de seus familiares, produzindo uma relação de colaboração com outras políticas de atenção em estreita articulação com outros níveis de atenção à Saúde Mental como os CAPSad. Pensando nesta perspectiva com a criação dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), tornou possível ampliar o cuidado, o que perpassa a esfera do uso de álcool e outras drogas, sendo esses articuladores do trabalho realizado com estes sujeitos para com os Centros de Referências Psicossociais (GRAVETER, 2013).

Conte et al (2004), Na perspectiva do trabalho em saúde, seja esta a atenção a Saúde Mental ou na esfera da Atenção Básica a Saúde e nesta encontra-se a política do NASF-AB, é essencial exaltar a dada importância por este trabalho desenvolvido para o processo de escuta considerando a rede social em que o indivíduo está inserido de forma a considerar seus direitos e deveres de cidadão. Busca-se aqui manter um espaço propiciando a novas descobertas que levem na face do sofrimento psíquico a promoção da saúde. Ao falar sobre a redução de danos para com os usuários de álcool e outras drogas é comum depararmos com opiniões adversas, assim a prática de redução de danos se constitui como uma forma de oportunizar o sujeito a se responsabilizar diante de suas escolhas gerando neste autonomia.

O CFP(2015) pontua que a prática do profissional de psicologia nas Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas, sendo esta atuação realizada na vertente da Saúde Pública englobando o cuidado ao uso abusivo de álcool e drogas, esta preocupação vem a surgir a partir das discussões ocorridas no VI Congresso Nacional da Psicologia, a ser produzido no ano de 2007. Esta temática emerge diante da formação de um sistema de conselhos o que evidencia a necessidade de que se discuta a criação de estratégias quanto a demanda abordada, dando ênfase a discussão em relação a violação dos direitos humanos e a relevância de que se construa uma política para realização da Redução de Danos para com estes sujeitos em situação de uso abusivo de álcool e outras drogas.

Moreira e Castro (2009) ressaltam que o profissional de Saúde Mental entre este o psicólogo na esfera da política do NASF-AB, junto a demais equipe de profissionais devem

realizar um trabalho que seja de acordo com sua prática profissional de forma a valorizar a atuação coletiva buscando evidenciar os grupos essenciais para a construção do trabalho a ser produzido dentro da Saúde Mental diante das unidades básicas de saúde bem como em outras dimensões da comunidade trabalhada. Assim deve-se buscar realizar atitudes profissionais que leve ao enfrentamento dos agravos causados pelo uso abusivo de álcool e outras drogas com a prática da Redução de Danos de forma a sanar também o processo discriminatório destas pessoas.

Os profissionais do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) entre estes o psicólogo possuem a capacidade de realizar o entrosamento entre as estratégias intersetoriais, desta maneira buscam evidenciar os casos relevantes, desempenhando sua assistência em Saúde Mental com a produção da redução de danos para com esses sujeitos. Nesta perspectiva este trabalho deverá abranger as práticas de prevenção de forma que alcance toda a comunidade envolvida. Para tanto o NASF-AB precisa trabalhar em parceria com a Atenção Básica para que torne-se viável a realização de consultas, a Promoção da Saúde, bem como a educação em saúde junto as demais instituições da comunidade na ministração de trabalhos pautados na prática da Redução de Danos para a melhor realização do cuidar (SORATTO, 2016).

O NASF-AB a exemplo de outros dispositivos em saúde na Atenção Básica, que necessitam ser adequados a realidade vivenciada no intuito de assegurar a responsabilidade no atendimento integral dos sujeitos, assim o regresso do indivíduo ao meio social é não somente uma forma de despatologizar o adoecimento bem como a necessidade de que o profissional de Saúde mental trabalhe numa perspectiva que busque minimizar a discriminação social destas pessoas. Por isso é fundamental conduzir o sujeito adoecido de forma segura e cuidadosa a sua reinserção social, desta maneira a atenção na Saúde Mental nesta política busca proporcionar diariamente ao indivíduo usuário do serviço um suporte no que compete as suas vivências sociais (PERRONE, 2014).

Soratto (2016) os usuários de álcool e outras drogas estão assegurados no sentido do direito ao recebimento do tratamento adequado a sua condição de dependência pela rede de saúde pública, assim os vários processos que englobam este adoecimento devem ser observados. É competência do Sistema Único de Saúde possibilitar a estas pessoas a acessibilidade aos serviços disponibilizados em Saúde Mental, entre estes o trabalho realizado pelo Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, tais serviços necessitam serem coerentes as questões trazidas por estes usuários de forma a priorizar a garantia de seus direitos

humanos e inserção social de maneira que o profissional de Saúde Mental possa viabilizar o processo da discriminação social de tais pessoas.

As determinações trazidas pelas diretrizes que embasam as ações na Saúde abarcam atitudes que estão acima da tarefa de ofertar as pessoas acometidas atenção a estas e a sua família, que estão em condição de vulnerabilidade psicossocial. Incluir ações que levem ao enfrentamento do sofrimento psíquico de forma a dar voz a subjetividade do sujeito e de sua comunidade é essencial, assim buscar através do trabalho do profissional de Saúde Mental na Atenção Básica seja na vertente do NASF-AB, realizar ações que vissem o enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas que busquem reverter o processo de discriminação do sujeito de forma que este profissional possa alinhar sua prática aos saberes e buscar reinserir o sujeito na família, assim como na sociedade (BARROS; NEVES, 2014).

Assim na busca de uma educação em saúde voltada para o usuário de álcool e outras drogas diante da Atenção Básica em Saúde de acordo com as determinações do Ministério da Saúde propostas no ano de 2003, realiza-se ações voltadas para a Redução de Danos, tais ações pretendem colocar o usuário como coautor de seu processo de reabilitação visando a não prática da abstinência, seria assim levar o sujeito a reduzir o uso sendo atuante em sua recuperação. Desta maneira o processo de RD busca não apenas a redução na utilização das drogas visa também realizar práticas educativas que prever o incentivo a busca de serviços de saúde para a realização de exames clínicos, orientação quanto ao compartilhamento de seringas para pessoas que fazem uso de drogas injetáveis, intervindo assim também nos comportamentos e atitudes de risco do indivíduo, o estabelecimento da confiança entre os profissionais de Saúde Mental e o usuário neste processo é fundamental (CÉZAR; OLIVEIRA, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problematização do uso abusivo de álcool e outras drogas por parte dos usuários encaminhados pelas equipes de Estratégias de Saúde da Família ao Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB), buscou-se aqui enfatizar o papel do profissional de psicologia na árdua missão de realizar com estes, um trabalho de prevenção ao uso de álcool e drogas. Na busca da realização da redução de danos bem como a reinserção social desses sujeitos adoecidos dentro da perspectiva da Saúde Mental, evidenciando as limitações deste papel desempenhado por este profissional, onde muitas vezes dentro desta instituição faz-se possível para este apenas realizar o acolhimento do usuário e encaminhá-lo para outra instituição. Deparou-se aqui também com o impasse entre a técnica de redução de

danos abordados pela prática do psicólogo dentro do NASF-AB para com essas pessoas e as leis que proíbem o uso e comercialização das substâncias psicoativas, o que nos levou a repensar o trabalho do psicólogo em Saúde Mental dentro desta política em saúde pública com esses indivíduos.

A partir desta pesquisa foi possível compreender como o profissional de psicologia desenvolve seu papel na Saúde Mental para com os usuários de álcool e outras drogas, objetivando realizar assim a promoção da saúde dos mesmos e o seu retorno ao meio social, evidenciando a necessidade de se incluir neste processo a família e a comunidade. Bem como evidenciar o empenho da psicologia de superar a heterogeneidade das políticas em saúde realizando a atenção no cuidado de forma integralizada junto as Equipe de Estratégia da Saúde da Família que possuem um papel fundamental neste trabalho a ser desempenhado.

Nos dias atuais onde se busca solucionar e categorizar a dependência química na ordem dos transtornos mentais busca-se soluções imediatas com forte apelo a retiradas passivas destas substâncias bem como o auxílio da psicofarmacologia, deixa-se ao lado a subjetividade do sujeito usuário bem como da sociedade em si, assim o trabalho do NASF-AB através do profissional de psicologia busca resgatar essa subjetividade realizando o acolhimento e escuta da pessoa sobre o efeito de álcool e drogas no suporte a este e a família.

Com base nas referências que nortearam esta pesquisa, foi possível perceber a importância de se repensar a atuação do profissional de psicologia no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica em relação ao seu trabalho voltado aos usuários de álcool e drogas. Evidencia-se assim que o predisposto na própria política em relação as competências do profissional de Saúde Mental nesta instituição no trabalho realizado para com as pessoas dependentes químicas, na prática não vem sendo realizado, o que limita o psicólogo a apenas realizar com estes usuários o seu acolhimentos de forma a encaminhá-los para outras instituições onde será desenvolvido um trabalho mais aprofundado. Assim a ideia de que se realize uma prática do cuidado de forma a recuperar estes sujeitos e reinseri-los socialmente não se traduz em realidade nos levando a questionar esta prática na busca de melhorias e do aprimoramento da mesma.

5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, T. M. Reflexões sobre políticas de drogas no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, Salvador, v. 16, n. 12, p. 4665-4674, 2011. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232011001300015&tlng=pt> Acesso: 27 de setembro 2018.

BARROS, M. S; NEVES, C. A. B. A intervenção do psicólogo nas políticas públicas. **Psiencia revista latino-americana de ciência psicológica**, v.6, p.90-96, 2014.

Disponível:<<http://www.psiencia.org/ojs/index.php/psiencia/article/view/131>>. Acesso em 17 de julho de 2018.

BERTAGNONI, L et al. Núcleo de Apoio à Saúde da Família e Saúde Mental: itinerários terapêuticos de usuários acompanhados em duas Unidades Básicas de Saúde. **Rev. Ter. Ocup. Univ.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 153-162, 2012.

Disponível:<<http://www.file:///C:/Users/joana/AppData/Local/Temp/49079-Texto%20do%20artigo-59959-1-10-20130103.pdf>> Acesso: 23 de agosto 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diretrizes do Nasf: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. **CADERNOS DE ATENÇÃO BÁSICA**. Brasília: Ed. Ministério da Saúde, 2010.p.7-134.

CAMPOS, R. O.et al. Saúde mental na atenção primária à saúde: estudo avaliativo em uma grande cidade brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, Campinas, v.16, n.12, p.4643-4652, 2011. Disponível:<<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/13.pdf>>Acesso: 12 de agosto de 2018.

CELA, M; OLIVEIRA, I. F. O psicólogo no Núcleo de Apoio à saúde da Família: articulação de saberes e ações. **Estudos em psicologia**, Rio Grande do Norte, v. 20, n.1, p.31-39, 2015. Disponível:<<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v20n1/1413-294X-epsic-20-01-0031.pdf>>.Acesso: 27 de setembro 2018.

CÉZAR, M. A; OLIVEIRA, M. A. Redução de danos: uma experiência na atenção básica.BarbacenaMG,v.11,n.21,p.486500,2017.Disponível:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/mental/v11n21/v11n21a12.pdf>> Acesso: 12 de outubro 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Programas de Saúde Mental, álcool e outras drogas e de discriminação social do usuário e regulamentação do uso de drogas. / Conselho Federal de Psicologia. – Brasília: CFP, 2015.

CONTE, M et al. Redução de Danos e Saúde Mental na Perspectiva da atenção básica. **Boletim da saúde**, Porto Alegre,v.18, n. 1, p.60- 77, 2004.

Disponível:<http://crprs.org.br/upload/files_publications/arquivo27.pdf>Acesso: 20 de agosto 2018.

COSTA, P. H. A; PAIVA, F. S. Revisão da leitura sobre as concepções dos profissionais de saúde sobre o uso de drogas no Brasil: modelo biomédico, naturalizações e moralismos. **PhysisRevista de Saúde Coletiva**, Minas Gerais, v.23, n.3, p. 1009-1031, 2016.

Disponível:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373312016000301009&script=sci_abstract>Acesso: 08 de agosto 2018.

COSTA, R. M. L. A educação sobre drogas na era da biopolítica: considerações psicanalíticas. In: MARTINS, E. S.et al. (Org.). **Caminhos da educação: tessituras de olhares e saberes**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014. Cap. 18, p.323-337.

FINELLI, L. A. C.; GOMES, E. A. Efeitos da toxicomania para as famílias dos usuários: levantamento da literatura. **Revista Bionorte**, v. 4, n. 1, p.9-15, 2015. Disponível em:<http://www.revistabionorte.com.br/arquivos_up/artigos/a1.pdf> Acesso em 20 de agosto 2018.

GRAEVER, L. A assistência ao indivíduo com problemas relacionados ao uso de álcool e drogas ilícitas na Estratégia Saúde da Família. Rio de Janeiro, p.12-84, 2013. Disponível: <<http://www.rededepesquisaaps.org.br/wpcontent/uploads/2015/04/usoalcooledrogas.pdf>>. Acesso: 20 de setembro 2018.

LAGO, R. R. O. O cuidado em Saúde Mental para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas. São Paulo, p.16-48, 2016. Disponível: <[https://www.google.com.br/file:///C:/Users/joana/AppData/Local/Temp/RosilaineRediLago RESTRITASimplificada.pdf](https://www.google.com.br/file:///C:/Users/joana/AppData/Local/Temp/RosilaineRediLago%20RESTRITASimplificada.pdf)>. Acesso: 17 de agosto de 2018.

LIMA, A. I. O; DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P. Consumo de álcool e drogas e o trabalho do psicólogo no Núcleo de Apoio a Saúde da Família. **Psicologia em pesquisa**, v.9,p.188197,2015. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472015000200009>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

MALTA, D. C. et al. Uso de substâncias psicoativas, contexto familiar e saúde mental em adolescentes brasileiros, Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. **Revista brasileira epidemiologia suppl pense**. P. 46-61, 2012. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v17s1/pt_1415-790X-rbepid-17-s100046.pdf>. Acesso: 20 de agosto de 2018.

MEDEIROS, E. M. Alcoolismo: uma breve revisão. **Psicologia. PT**, Fortaleza, p. 1-16, 2018. Disponível: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1174.pdf>>. Acesso em: 23 de julho 2018.

MEDEIROS, R. p. Construção social das drogas e do crack e as respostas institucionais e terapêuticas instituídas. São Paulo, v.23, n.1, p.105-117, 2014. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100105>. Acesso em: 05 de julho 2018.

MORAIS, M. O modelo de atenção integral a saúde para o tratamento de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas: percepções de usuários, acompanhantes e profissionais. **Ciências e saúde coletiva**, Recife, v.13, p.121-133, 2008. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000100017> Acesso: 13 de agosto 2018.

MOREIRA, D. J; CASTRO, M. G. O Núcleo de Apoio à Saúde Da Família (NASF) como porta de entrada oficial do psicólogo na atenção básica. **Revista Transformações em Psicologia**.v.2,n.2,p.5164,2009. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-106X2009000200003>. Acesso em: 15 de agosto 2018.

OLIVEIRA, E. C. et al. O cuidado em saúde mental no território: concepções de profissionais da atenção básica. Paraíba, v.21, n.3, p.1-7, 2017. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v21n3/pt_1414-8145-ean-2177-9465-EAN-2017-0040.pdf>. Acesso em: 20 de setembro 2018.

PERRONE, P. A. K. A comunidade terapêutica para recuperação da dependência do álcool e outras drogas no Brasil: mão ou contramão da reforma psiquiátrica? **Ciência & Saúde Coletiva**, Botucatu, v.19, n.2, p.569580, 2014. Disponível: <<http://www.scielo.br/scielo.p>

hp?pid=S1413-81232014000200569&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso: 10 de setembro 2018.

PITTA, A. M. F. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: instituições, atores e políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v.16, n.12, p. 4579-4589, 2011.

Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/02>> Acesso: 20 de setembro 2018.

QUEIROZ, I. S. Repertórios interpretativos de profissionais da rede de saúde mental e atenção primária de Belo Horizonte sobre uso de drogas. **Saúde em Debate**, Belo Horizonte, v.38, p.8093, 2014. Disponível: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v38n100/0103-1104-sdeb-381000080.pdf>. Acesso 11 de setembro 2018.

QUEIROZ, I. S et al. Repertórios interpretativos de profissionais da rede de Saúde Mental e atenção primária de Belo Horizonte sobre uso de drogas. **Saúde Debate**, v.38, n.100, p. 80-93, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2014.v38n100/80-93>> Acesso em: 24 de agosto 2018.

REY, F. G. Pesquisa qualitativa em psicologia caminhos e desafios. 1ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROMANINI, M; DIAS, A. C. G; PEREIRA, A. S. Grupo de prevenção de recaídas como dispositivo para o tratamento da dependência química. **Disc. Scientia**, Santa Maria, v.11, n.1, p.115132, 2010. Disponível: <<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumS/article/view/970>> Acesso: 12 agosto de 2018.

RONZANI, T. M; FURTADO, E. F. Estigma social sobre o uso de álcool. São Paulo, v.59, n.4, p.326332, 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852010000400010> Acesso: 10 de agosto 2018.

SANTOS, J. A. T; OLIVEIRA, M. L. F. Políticas públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico. **Saúde & transformação social**, Florianópolis, v.4, n. 1, p. 82-89, 2013. Disponível: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/1909>> Acesso: 10 de setembro de 2018.

SORATTO, M. T. Assistência multiprofissional a dependentes químicos na Estratégia Saúde da Família. **Saúde em revista**, Piracicaba v. 16, n. 42, p. 13-26, 2016

Disponível: <<http://file:///C:/Users/joana/AppData/Local/Temp/1820-13439-4-PB.pdf>> Acesso: 26 de setembro de 2018.

SOUSA, L. G. S.; MENANDRO, M. C. S.; MENANDRO, P. R. M. O alcoolismo, suas causas e tratamento **Revista de saúde coletiva Physis**, Rio de Janeiro, v.25, n.4, p.13-35, 2015.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v25n4/0103-7331-physis-25-04-01335.pdf>> Acesso em: 23 de agosto de 2018.

TISOTT, Z. L. et al. Álcool e outras drogas e a implantação da política de redução de danos no Brasil: revisão narrativa. **Revista de atenção à saúde**, Santa Maria, v.13, n.43, p.7989, 2015.

Disponível: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/2730> Acesso: 12 de agosto 2018.